

O Bestiário

Um Género Medieval

Angélica Varandas

*Chi commence li livres c'on apele Bestiaire.
Et por ce est il apelés, qu'il parole des natures des bestes.*

– Pierre de Beauvais

No início do séc. XII, emerge na Europa, em particular em Inglaterra e em França, um género textual conhecido como Bestiário, como nos garantem as palavras de Pierre de Beauvais no prólogo do *Bestiaire*.

Um livro que fala da natureza dos animais, assim Pierre de Beauvais define o bestiário. As suas raízes mergulham na antiguidade greco-latina, num conjunto de histórias sobre animais, transmitidas por Heródoto, Aristóteles e Plínio, e, em particular, no Fisiólogo, um género que explora as características e hábitos dos animais para veicular mensagens de natureza cristã.

O Fisiólogo, ou o Naturalista, foi desenvolvido em Alexandria entre os séculos I e III. O original grego, hoje perdido, está na base das versões latinas cujos manuscritos mais antigos datam do séc. VIII. Alguns dos críticos mais conceituados, como Florence McCulloch, consideram que esse original grego não integraria as alegorias moralizantes, consistindo apenas na descrição dos animais propriamente dita, tendo sido essas acrescentadas *a posteriori* por mão cristã.¹ Das várias famílias de manuscritos organizadas por Montague James Rhodes, em 1928, foi precisamente a versão B do Fisiólogo latino a originar quer os bestiários franceses de Philippe de Thaon e Pierre de Beauvais, bem como os manuscritos ingleses que fazem parte da primeira família de bestiários, em particular a sub-família B-I de acordo com a

¹ MCCULLOCH, Florence, *Medieval Latin and French Bestiaries*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1962.

catalogação dos manuscritos ingleses realizada, em 1962, por Florence McCulloch.² A autora apelidou esta subsecção de B-I por constituir parte da Primeira Família de Bestiários (daí B) e por estes bestiários se caracterizarem por incluírem, entre os seus fólhos, passos das *Etimologias* de Santo Isidoro (daí I, de Isidoro). Na verdade, a obra do bispo de Sevilha, em particular o Livro XII – “De animalibus” – não só teve um enorme impacto na cultura medieval, mas foi também o principal responsável pela transformação do Fisiólogo no Bestiário.

No caso inglês, das quatro famílias propostas por James, é na segunda que se incluem os manuscritos mais representativos dos bestiários produzidos ao longo dos séculos XII e XIV. Distinguem-se das versões do Fisiólogo e dos textos da Terceira e Quarta Famílias por possuírem algumas características comuns. São elas:

1. maior influência das *Etimologias* de Isidoro, tanto a nível da citação como a nível da organização dos capítulos;
2. presença de alguns capítulos que não possuem a vertente moral;
3. adição de excertos da obra de Solino, *Collectanea rerum memorabilium*;
4. cópia de longos excertos do *Hexaemeron* de Santo Ambrósio de Milão;
5. passos extraídos de *De universo* de Rábano Mauro e do *Pantheologus* de Pedro da Cornualha;
6. acrescento de um sermão no capítulo do cão que se inicia com a expressão “Quocienscumque peccator”.

De resto, os críticos defendem que todos os manuscritos da Segunda Família são de origem inglesa. Na maioria de cada um dos capítulos, à descrição do comportamento de cada um dos animais – a sua figuração ou *naturas* – segue-se a interpretação desse mesmo comportamento em termos simbólico-alegóricos – a sua moralização ou *figuras*. Deste modo, o Bestiário, longe de constituir um tratado de história natural, como alguns críticos já defenderam, é, na realidade, um texto didáctico que, encontrando na Bíblia o reduto singular de ensinamentos morais e religiosos, se destina a veicular verdades de ordem teológica àqueles a quem se destina – noviços e conversos das ordens religiosas que o utilizavam como livro de estudo.³

² JAMES, J., *The Bestiary, Being a Reproduction in Full of the Manuscript Ii.4.26 in the University Library, Cambridge, with Supplementary Plates from Other Manuscripts of British Origin, and a Preliminary Study of the Latin Bestiary as Current in England*, Oxford, Roxburghe Club, 1928. MCCULLOCH, Florence, *op. cit.*

³ Entre os críticos que concebem o Bestiário como um tratado de História Natural, contam-se T. H. White que, na sua edição do Bestiário de Cambridge (Cambridge University Library, MS Ii.4.26), conhecida como *The Book of Beasts* (New York, G. P. Putnam’s Sons, Capricorn Books, 1954, reeditada por Dover Publications, 1984), afirma: “A Bestiary is a serious work of natural history, and is one of the bases upon which our own knowledge of biology is founded, however much we may have advanced since it was written.” (p. 231).

Os bestiários circulavam, pois, em contexto monástico: eram copiados nos *scriptoria* dos mosteiros e estudados pelos próprios monges que aí viviam em clausura. Acompanham assim o desenvolvimento e crescimento das bibliotecas monásticas, sendo copiados, ampliados, imitados e traduzidos por intermédio de várias mãos. Alguns dos manuscritos eram encomendados por outras instituições religiosas. Em Inglaterra, das várias dezenas de manuscritos em circulação, apenas dois terão sido encomendados por patronos seculares. Referimo-nos aos manuscritos-irmãos hoje conhecidos como Harley 4751 e Bodley 764.

Isto significa que tanto a produção como a leitura do Bestiário eram controladas pela Igreja que ditava a hermenêutica das narrativas em termos morais, didáticos e ideológicos, numa leitura que reproduz simultaneamente um movimento sequencial, linear ou horizontal e um percurso ascendente ou vertical.

A dimensão linear, encontramos-a na estrutura diegética dos capítulos em que a parte literal, que inicia cada um deles, dá lugar à parte simbólico-alegórica, muitas vezes por intermédio da citação bíblica. O Bestiário ensina-nos que o caminho da leitura ruminativa se processa da *naturas* para a *figuras*, e que é a última que domina e se impõe à parte descritiva, estabelecendo os parâmetros pelos quais devem ser interpretados os símbolos animais. Por esta razão, este movimento horizontal determina, acima de tudo, um percurso vertical, uma vez que as lições a reter de cada história animal remetem para Deus desdobrado em Verbo e Logos como criador do universo e feito carne com Cristo, para Deus enquanto único e possível reduto do Amor e da Verdade.

Ambos os movimentos são possibilitados pelos três níveis da leitura alegórica subjacentes ao texto. Tomando cada animal como *exemplum*, o Bestiário permite a passagem do literal ao alegórico e deste ao místico ou anagógico, ou, ainda, se quisermos, na acepção de Santo Agostinho, a libertação das amarras da *cupiditas* para atingir a *caritas*, numa viagem interior em direcção a esse amor único e verdadeiro que permite ao homem a união com Deus. O Bestiário é, pois, produto de uma estética e imaginação de raiz simbólica que encontra na filosofia neoplatónica a sua pedra angular.

O neoplatonismo cristão marcou sobremaneira a vivência cultural do homem da Idade Média desde os primeiros séculos do cristianismo até finais do século XIII, início do séc. XIV, altura em que se interpõe uma nova visão do mundo, alimentada por factores muito diversos a que, em breve, faremos referência.

Também Wilma George e Brunson Yapp, na obra *The Naming of the Beasts. Natural History in the Medieval Bestiary* (London, Duckworth, 1991) procuram encontrar no mundo natural os referentes reais dos animais descritos nos bestiários.

Concebido, produzido e distribuído em contexto monástico impregnado desta filosofia neoplatónica cristã, o Bestiário assume que todas as criaturas constituem signos a interpretar numa rede simbólica de correspondências entre o mundo natural e o divino. Uma vez que a Natureza é um Livro aberto escrito pelo dedo de Deus, como afirmam Santo Agostinho, Bernardo Silvestre ou Hugo de S. Vítor, o homem deve contemplar o mundo natural para dele retirar os ensinamentos morais e atingir o conhecimento necessário à sua salvação no Dia do Juízo Final.⁴

Mas se Deus escreveu o livro do mundo com o Seu dedo e o criou por meio da Sua palavra, foi também Ele quem ditou os Evangelhos a Mateus, Marcos, Lucas e João. Deste modo, como revelou Orígenes, a Sagrada Escritura reflecte a escrita do mundo por parte do Senhor, pelo que ambas se assumem como *specula* uma da outra. Tanto a Bíblia como a Natureza são perfeitas e sagradas, pois são fruto da vontade divina, e, como tal, nelas se condensa todo o Cosmos e nelas se cumpre um ideal de totalidade. Ambas possuem um princípio e um fim e ambas constituem meios privilegiados para chegar ao conhecimento de Deus e, logo, à salvação.

Também os bestiários, embora produzidos por mãos humanas, transmitem lições a retirar do grande Livro da Natureza. Por conseguinte, também eles reflectem (mais uma vez, no sentido medieval de *speculum*) a escrita divina e verdadeira, revelando, de igual modo, os mesmos princípios de totalidade e universalidade, contidos quer na Bíblia quer no mundo natural.⁵ Muitos bestiários iniciam-se com parágrafos e imagens que descrevem a Criação, apresentando Deus como o princípio e o fim de todas as coisas, estabelecendo uma unidade estrutural e simbólica em torno da figura do Senhor. Para além disso, vêm advertir o homem a aprender com os animais, pois, tal como o homem, também os animais partilham da mesma criação e fazem parte do Livro da Natureza. Como recorda Alanus de Insulis, em *Incarnatione Christi*:

Omnis mundi creatura quasi liber et pictura
nobis est et speculum;
nostrae vitae, nostrae mortis
nostris status, nostrae sortis
fidele signaculum.⁶

⁴ A metáfora da concepção do mundo enquanto Livro, escrito por Deus, é explorada por Hugo de S. Vítor no *Didascalion*, por Bernardo Silvestre, em *De mundi universitate* e por Santo Agostinho nas *Confessiones*. Diz o último, numa citação aqui recordada por intermédio da tradução portuguesa da obra referida: “Mas quem senão Vós, Senhor, estendeu sobre nós e para nosso proveito o ‘firmamento’ de autoridade da vossa divina Escritura? ‘O que será dobrado como um livro’, e agora estende-se como um pergaminho sobre as nossas cabeças. (...) Desdobrastes como um pergaminho o firmamento do vosso livro. (Santo Agostinho, *Confissões*, trad. de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, 2ª ed., Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1990, pp. 368-9).

⁵ De resto, a metáfora do Livro enquanto espelho divino subjaz ao carácter enciclopédico da cultura medieval e à necessidade de produzir obras que revelem precisamente esse carácter, como enciclopédias e *summas*.

⁶ “Cada criatura do universo / Quase como um livro ou um quadro / É para nós como um espelho; / Da

Num mundo prenhe de significado, é necessário desvelar as verdades espirituais escondidas na Natureza e saber ler a hermenêutica de uma linguagem simbólico-alegórica, presente tanto no Livro dos Livros, como no Livro que é o mundo natural e, afinal, em todos os livros que, de uma forma ou de outra, embora imperfeitos e pálidos reflexos dos primeiros, esses sim, produzidos pela escrita verdadeira, fundadora e natural de Deus, deles se tentam aproximar na procura da redenção.⁷

É necessário não esquecer que, nesta hermenêutica de ordem exegetica, intervém também a imagem, o que se torna sobremaneira evidente no caso dos bestiários.

Os primeiros exemplos de manuscritos de bestiários decorados com iluminuras datam de cerca de 1180. Na generalidade, cada capítulo de um Bestiário apresenta um animal por intermédio do texto e da imagem. Estas variam em tamanho e dividem-se quer em imagens de animais, utilizadas sobretudo no caso de aves, quer em imagens narrativas, que representam sequências diegéticas e evocam, em muitos casos, paisagens rurais ou ambiente urbanos. Todas elas, todavia, percorrem as mesmas etapas que o texto escrito e, tal como este, pressupõem que a literalidade da figura seja abandonada em prol da sua componente alegórica.

O Bestiário é um bom exemplo de como a imagem era entendida na Idade Média. Nas iluminuras dos bestiários cruzam-se a vertente literal ou material da figura e o seu valor espiritual, pelo que também elas são devedoras dos mesmos processos artísticos, filosóficos, morais e ideológicos que subjazem ao texto escrito. Estas imagens dão testemunho de que, mais do que constituírem simplesmente a literatura dos laicos ou “a bíblia dos iletrados”, numa clara subordinação ao texto escrito que acompanham, como afirmaram Émile Mâle e Erwin Panofsky com base na célebre afirmação do Papa Gregório Magno, elas assumem-se, na verdade, como textos destinados a ser lidos, não só por aqueles que não entendem as palavras (os iletrados), mas igualmente por aqueles para quem o texto escrito é compreensível.⁸

nossa vida, da nossa morte, / Da nossa condição, da nossa sorte, / Fiel signo” (trad. em ECO, Umberto, *Arte e Beleza na Estética Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 87).

⁷ Santo Agostinho opõe a escrita natural de Deus, reflectida pela Sagrada Escritura, à escrita dos homens, como eles imperfeita. E é precisamente no espaço dessa imperfeição que Santo Agostinho situa a sua própria obra: “Quando poderei eu, com a língua da minha pena, enumerar todas as vossas solicitações, terrores, consolações e incitamentos com que introduzistes a pregar a Vossa palavra e a distribuir a Vossa doutrina ao povo? Mesmo que fosse capaz de as enunciar por ordem, cada gota de tempo me é preciosa. (...) A inteligência comparou essas palavras, proferidas no tempo, com o Vosso *Verbo*, gerado no eterno silêncio, e disse: ‘Sim, a diferença é grande, muito grande! *Estas palavras* estão muito abaixo de mim. Nem sequer existem porque fogem e passam.’ Porém o *Verbo* de Deus, permanence sobre mim eternamente. (*sic*) (Santo Agostinho, *Confissões*, XI.2 e XI.6, p. 292 e pp. 297-8).

⁸ MÂLE, Émile, *L’Art Religieux du XIIIe Siècle en France. Étude sur l’Iconographie du Moyen Âge et sur ses Sources d’Inspiration*, Paris, Librairie Armand Colin, 1931. PANOFSKY, Erwin, *O Significado das Artes Visuais*, Lisboa, Presença, 1989. Uma das mais recentes contestações da imagem medieval como a “bíblia dos iletrados” pertence a BASCHET, Jérôme, *L’Iconographie Médiévale*, Paris, Éditions Gallimard, 2008.

Convém, pois, recordar o texto de Gregório, que faz parte de uma carta que o Papa dirigiu ao Bispo Sereno:

Aliud est enim picturam adorare, aliud per picturae historiam quid sit adorandum addiscere. Nam quod legentibus scriptura, hoc idiotis praestat picture cernentibus, quia in ipsa ignorantes uident quod sequi debeant, in ipsa legunt qui litteras nesciunt; unde praecipue gentibus pro lectione picture est.⁹

De facto, Gregório afirma, de forma explícita, que olhar para as imagens é exactamente o mesmo que ler um texto escrito (*pro lectione picture est*), pelo que também as imagens são dotadas dos mesmos processos complexos que o texto escrito envolve, isto é, a prática de uma primeira fase, que, no texto escrito, se traduz de forma oral – a *lectio* – que, por sua vez, conduz à tão importante segunda fase da *meditatio*, associada à memória, e que, estimulada pela prática da ruminação (*ruminatio*), permite atingir a fase última da leitura quando se ultrapassa finalmente o significado literal para ascender ao essencial, escondido no texto.¹⁰

É, segundo S. Gregório, esta dimensão das imagens como fonte de ensinamento e aprendizagem (*addiscere*) que as impede de serem encaradas como objecto de adoração e sim valorizadas pelo seu papel didáctico e moral. Na verdade, segundo esta perspectiva, a imagem deixa de ser encarada como objecto para passar a ser concebida como história (*per picturae historiam addiscere*) e, tal como história, entendida na sua vertente textual e retórica. Deste modo, as imagens assumem uma função idêntica à dos signos da linguagem verbal.

Xenia Muratova acredita que as imagens dos bestiários se enquadram na tradição zoológica clássica. Dada a ausência de manuscritos iluminados das *Etimologias* de Isidoro, os primeiros bestiários terão utilizado como modelos e fontes cópias de livros antigos de zoologia e cosmografia.¹¹

⁹ Gregório Magno, *Registrum epistularum. Epistola ad Serenus XI*, 10, Turnhout, Brepols, 1982 (CCSL 140A). “It is one thing to worship a picture, it is another by means of pictures to learn thoroughly [*addiscere*] the story that should be venerated. For what writing makes present to those reading, the same picture makes present [*praestat*] to the uneducated, to those perceiving visually, because in it the ignorant see what they ought to follow, in it they read who do not know letters. Wherefore, and especially for the common people, picturing is the equivalent of reading.” (tradução para inglês em CARRUTHERS, Mary, *The Book of Memory, A Study of Memory in Medieval Culture*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 222).

¹⁰ *Lectio e meditatio* são as duas fases da *lectio divina* tal como é concebida pela *Regra de S. Bento*: “In the Rule we can distinguish the two elements which we have seen in the life of St. Benedict: the knowledge of letters and the search for God. The fundamental fact that stands out in this domain is that one of the principal occupations of the monk is the *lectio divina*, which includes meditation: *meditari aut legere*.” LECLERQ, Jean, *The Love of Learning and the Desire for God. A Study of Monastic Culture* (1961), New York, Fordham University Press, 1982, p. 13.

¹¹ MURATOVA, Xenia, “Bestiaries: An Aspect of Medieval Patronage”, in Sarah Macready and F. H. Thompson (eds.), *Art and Patronage in the English Romanesque*, London, Thames & Hudson, The Society of Antiquaries of London, 1986, pp. 118-44, pp. 121-2. Para outra opinião, ver KLINGENDER, F., *Animals in Art*

Enquanto as ilustrações dos manuscritos do Fisiólogo latino pretendem reproduzir a moralização presente no texto, os bestiários, pelo contrário, demonstram sobretudo um interesse pela organização do mundo animal recém-criado, dedicando maior atenção ao lugar que o animal ocupa na ordenação do mundo. É esta nova perspectiva que explica, em grande parte, que o Bestiário tenha deslocado as imagens que, no Fisiólogo, surgiam no final do texto, logo, após a leitura do mesmo, para o início, onde deixam de depender da leitura para introduzirem o animal descrito. Deste modo, a ênfase que, no Fisiólogo, as imagens atribuíam à parte alegórica, transforma-se, no Bestiário, e em particular nos manuscritos ingleses da Segunda Família, numa preocupação centrada no ciclo da criação, baseado no Génesis, de conteúdo mais enciclopédico. Daí que muitos bestiários se iniciem com iluminuras dedicadas aos vários momentos da criação do mundo, como acontece, por exemplo, com os manuscritos ingleses conhecidos como Aberdeen Bestiary e Ashmole 1511, revelando, de forma muito clara, a influência do *Hexaemeron* de Santo Ambrósio (ver figuras 1, 2 e 3). Na verdade, muitos dos manuscritos ingleses da subfamília de transição, uma subsecção da Primeira Família de bestiários, integravam já algumas imagens que reflectiam o desejo de plenitude enciclopédica do homem medieval e a nova concepção da natureza articulada com o pensamento neoplatónico.

Do mesmo modo, surgem neste manuscritos ilustrações de Adão a dar nome aos animais não numa apropriação do texto bíblico, como seria de esperar, mas de Isidoro (ver figuras 4 e 5). Estas imagens vêm testemunhar a importância da etimologia e da interpretação etimológica no contexto do Bestiário através da qual se cria um laço indissociável entre a coisa criada (neste caso, o animal) e a sua realidade expressa por intermédio da articulação verbal. Nas iluminuras, Adão estende o dedo, num gesto que, de acordo com Michael Camille, remete para o discurso oral e deixa entrever a centralidade do realismo absoluto, de raiz neoplatónica, no entendimento dos modos de significação, tal como foi expresso por Santo Agostinho por meio da sua complexa teoria do signo.¹² Para o bispo de Hipona, todos os elementos naturais possuem um sentido espiritual (a *significatio*) que funciona como um mediador entre a palavra (*signum*) e a coisa (*res*). Os signos aludem assim a ideias universais, pelo que as palavras só são importantes porque remetem para ideias de ordem espiritual. Os signos verbais, sendo entidades físicas,

and Thought to the End of the Middle Ages, Evelyn Antal and John Harthan (eds.), Cambridge, M. I. T. Press London, 1971, para quem as ilustrações dos bestiários devem a sua origem aos padrões utilizados nos têxteis de proveniência oriental.

¹² CAMILLE, Michael, "Seeing and Reading: Some Visual Implications of Medieval Literacy and Illiteracy" in *Art History*, vol. 8, n. 1 (1985), pp. 26-49.

contribuem para a imperfeição da linguagem, associada aos sentidos, embora sejam necessários para comunicar aos outros as ideias intemporais contidas na mente.¹³

A imagem de Adão a dar o nome aos animais alia, portanto, a voz ao objecto, mas faz de Adão reflexo do próprio Deus que deu nome às coisas e assim as criou no início dos tempos. Se compararmos as iluminuras da criação com as de Adão a nomear os animais, percebemos como as duas figuras se mimetizam uma à outra, o que, na realidade, vem ao encontro da relação mística entre o primeiro homem e o Verbo feito carne: numa interpretação tipológica, Cristo é o novo Adão ou, se quisermos, Adão uma prefiguração de Cristo.

A demarcação, por meio de linhas geométricas, entre Adão e as criaturas nomeadas, vem ainda separar o homem, dotado de razão, dos animais irracionais, sublinhando a diferença entre o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus e, por isso, detentor de discurso verbal, e as criaturas que linguisticamente domina.

Ao longo dos sécs XII, XIII e XIV, o Bestiário gozou de enorme popularidade, tendo conhecido uma circulação paralela à do texto bíblico. O histograma apresentado por Ron Baxter em *Bestiaries and their Users in the Middle Ages* relativo aos manuscritos dos bestiários produzidos em Inglaterra dá conta dessa circulação:¹⁴

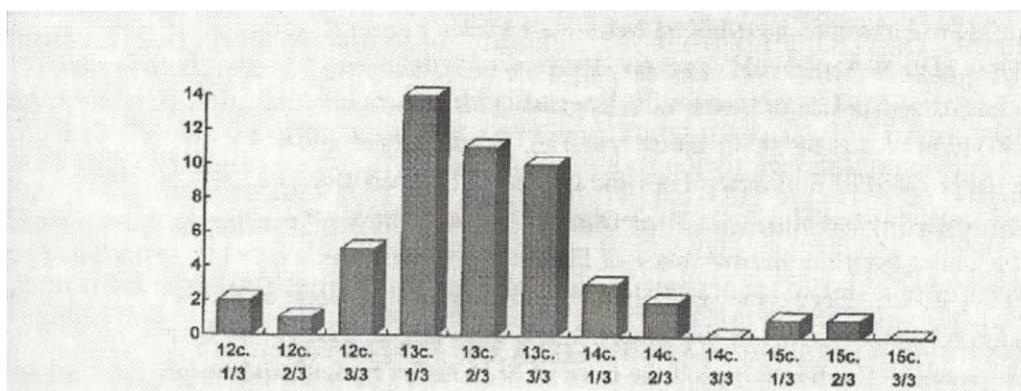


Tabela 1: Histograma relativo à circulação dos manuscritos dos bestiários produzidos em Inglaterra.

Nesta tabela, a linha vertical refere o número de bestiários produzidos em Inglaterra ao longo da Idade Média, enquanto a linha horizontal diz respeito aos séculos que conheceram essa produção. Verificamos que, a partir do século XII, o número de bestiários aumenta de forma exponencial, atingindo o seu auge ao longo do século XIII para logo decair no século XIV. Se os dois primeiros terços do séc. XV ainda

¹³ Santo Agostinho, *De Doctrina Christiana* (D. W. Robertson Jr. (trans.), *On Christian Doctrine*, New York, Liberal Arts Press, 1958)..

¹⁴ BAXTER, Ron, *Bestiaries and their Users in the Middle Ages*, London, Courtauld Institute, 1998, p. 167.

testemunharam a existência de bestiários, no último, a sua produção é já irrelevante. Nas palavras de Mermier:

During the late Middle Ages the Bestiary began to decline as a genre. People seemed to lose interest for it. Although animals continued to this day to be used by authors and poets, the moralized bestiaries of love disappeared altogether, surviving only through the age of printing with a single edition published in Italy during the sixteenth century, the *Libellus de natura animalium* by Vincento Berruerio de Piedmont.¹⁵

Este histograma comprova, de forma evidente, que o Bestiário, entendido como género dotado de todas as características que temos vindo a apontar ao longo deste trabalho se circunscreve à época medieval. Foi na Idade Média que conheceu o seu aparecimento mas foi também nela que encontrou o seu fim.

As razões que conduziram a este fim são de ordem variada e não podemos reflectir aqui sobre todas elas. De qualquer modo, entre as causas mais significativas do desaparecimento do Bestiário no final da Idade Média contam-se:

1. a passagem da fase monástica para a fase escolástica, associada ao surgimento das universidades que colaboraram para que as elites intelectuais deixassem de estar exclusivamente confinadas à clausura para passar a fazer parte integrante da vida intelectual fora do mosteiro;
2. o surgimento das ordens mendicantes que começam a desempenhar tarefas habitualmente reservadas aos párocos e, acima de tudo, a dominar o próprio ensino universitário. A sua acção junto dos mais desfavorecidos, em particular dos pobres e doentes e o facto de subsistirem da mendicância, pregando um ideal de pobreza e desapego dos bens mundanos, à semelhança de Cristo, aproximou-os de todas as camadas sociais;
3. a introdução no ocidente dos tratados de Aristóteles, por intermédio dos árabes. A visão aristotélica da natureza contrariava, em muitos sentidos, a teoria platónica dos fenómenos físicos e seus arquétipos divinos. Para Aristóteles, a Física constituía a verdadeira ciência da natureza que possibilitava o estudo da transformação e movimento dos objectos. Todos os elementos naturais podiam ser observáveis e explicados a partir de um ponto de vista racional. Esta nova perspectiva, baseada na experiência e na observação directa, sendo de cariz determinista, encontrou resistência nos

¹⁵ MERMIER, Guy (trad.), *A Medieval Book of Beasts. Pierre de Beauvais' Bestiary*, Lewiston, New York, The Edwin Mellen Press, 1992, p. v.

ideais cristãos de raiz neoplatónica. Por este motivo, as obras de Aristóteles começaram por ser veementemente condenadas e proibidas no ensino universitário. O conselho eclesiástico da universidade de Paris, no séc. XIII, erradicou os textos aristotélicos dos programas curriculares, punindo com a excomunhão quem se atrevesse a consultá-los. Esta proibição, todavia, não durou muito tempo. A partir de meados do mesmo século, as obras do filósofo grego influenciaram os mais prestigiados pensadores, desde Tomás de Aquino a Alberto Magno, Roger Bacon ou Robert Grosseteste, contribuindo para a laicização e desenvolvimento do pensamento científico e para a desagregação dos princípios mais paradigmáticos do neoplatonismo. Esta nova concepção de ciência, assumindo-se como um sistema de explicações racionais, baseado na matemática e garantido pela observação directa, dominou o pensamento europeu até ao séc. XVII e à Revolução Científica;

4. o advento do nominalismo. Esta nova visão científica, centrada no estudo do particular e não do universal, como advogava Roger Bacon, encontra no nominalismo a sua fundamentação filosófica. Para os nominalistas, ao contrário do que defendiam os seguidores do realismo absoluto, as coisas, na sua realidade física, não são universais, mas individuais. Os universais não possuem uma existência independente das coisas reais, mas existem nelas e delas são inseparáveis. O nominalismo veio, por um lado, abrir caminho ao empirismo e positivismo modernos e, ao mesmo tempo, veio, por outro lado, chamar a atenção para a existência e a importância do particular, encorajando, uma vez mais, a observação directa das coisas materiais e individuais. A natureza começa a deixar de ser um universo povoado de símbolos para passar a ser alvo de um interesse de cariz mais lógico e racional;
5. a cessação de privilégios da classe nobre e o ruir do feudalismo alimentados pelo surgimento da burguesia, ordem de carácter mais individualista, liberal e progressista, que acompanhou o crescimento das cidades e da actividade mercantil, contribuindo ambos para a secularização das mentalidades;
6. as Cruzadas, que proporcionaram o contacto da Europa com o Oriente, quebrando o isolamento do sistema feudal e abrindo à sociedade medieval novos mundos e novas perspectivas.

Estes são alguns dos factores que contribuíram para a secularização do pensamento ao longo da Idade Média, e, por conseguinte, também para a dissolução

de muitos dos ideais filosóficos neoplatónicos que, como verificámos, determinaram as características particulares do Bestiário medieval.

Deste processo de secularização havia já dado conta, o *Li Bestiaire d'Amours* de Richard de Fournival que, no séc. XIII, se apropria da estrutura do Bestiário não para veicular ensinamentos de ordem religiosa, mas para abordar a temática do amor cortês, convenção poética dominante ao longo dos sécs. XII e XIII.

A partir de finais do séc. XIV, o Bestiário desmembrou-se e as narrativas animais, bem como as imagens passaram a circular de forma independente noutros textos de carácter secular. Algumas destas histórias animais chegaram até nós, outras perderam-se por completo. Se hoje ainda associamos a raposa à traição, o leão ao estatuto régio ou o cão à fidelidade, não recordamos decerto o amor filial do veado ou a concepção divina da doninha que engravida pelo ouvido e dá à luz pela boca.

No Bestiário, as vozes dos animais, que ecoam tanto no texto como na imagem, não só pretendem aludir à Palavra de Deus, a voz primeira, tal como é revelada no Génesis e no Evangelho de S. João, como demonstram também a evidência, sublinhada, por exemplo, por Santo Agostinho, de que tanto o Homem como os animais fazem parte do plano de Deus. Recorrendo à temática animal para discorrer sobre as virtudes e os vícios, o Bestiário revela o desejo do Homem medieval se aproximar do Redentor e garantir a sua salvação.

Enquanto género profundamente medieval, assume-se não só como Livro de Bestas, mas também como Livro Exegético – *speculum* do Livro dos Livros e do Livro da Natureza – e Livro Mnemónico. Na sua idiosincrasia, o Bestiário constitui, pois, um produto da Idade Média, dependendo em absoluto do contexto histórico-social, filosófico, estético e ideológico que marcou o período entre os séculos XII e XV.



Fig. 4
Adão Dá Nome aos Animais
(Aberdeen Bestiary)



Fig. 5
Adão Dá Nome aos Animais
(MS Ashmole 1511)